



**ATA Nº 289 DE 12 DE JULHO DE 2019**

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

**Ata de reunião realizada na sede do PREVIGUABA, ao dia 12 do mês de Julho de 2019, as 16:10 hs.** Dado início a reunião, com a palavra a Sra. Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento agradece a presença de todos. Recebemos da empresa de consultoria um relatório do cenário atual: Com o Legislativo em recesso no Brasil, as atenções dos mercados locais e também dos internacionais se voltam para a divulgação dos diversos indicadores macroeconômicos, principalmente aqueles indicativos da atividade. Neste momento os principais bancos centrais estão preparados para reduzir as suas taxas de juros, se for necessário. Em relação à economia internacional, a zona do euro, o índice de preços ao consumidor subiu 0,2% em junho contra maio e teve variação de 1,3% no ano, depois de ter subido 1,2% na base anual, no mês anterior. Em relação à economia brasileira, o IPC-S acelerou para 0,14% na segunda quadrissemana de em julho, depois de ter registrado avanço de 0,05% na primeira. Já o IGP-M subiu 0,53% na segunda prévia, depois de ter subido 0,75% na segunda prévia do mês anterior. Conforme o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, subiu 0,54% em maio, frente a Abril e foi a primeira elevação do índice no atual governo. Para a bolsa brasileira, a semana foi também de baixa. O Ibovespa caiu 0,44%, reduzindo a variação acumulada no ano para 17,71% e a de doze meses para 31,67%. O dólar, por sua vez, caiu 0,12% na semana e o IMA-B Total caiu 0,03%. No Relatório Focus de 19 de julho, a média dos economistas que militam no mercado financeiro estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 3,78% em 2019, frente a 3,82% na semana anterior. Para 2020 a estimativa é de que suba 3,90%, como na semana anterior. Para a taxa Selic, o relatório informou que, no fim de 2019 a taxa Selic estará em 5,50%, como na pesquisa anterior e em 2020 em 5,75%, comparado a 6% na pesquisa anterior. Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estimou a evolução do PIB em 0,82%, frente a 0,81% na semana anterior. Para 2020 a estimativa é que o PIB cresça 2,10%, como na semana anterior. Para a taxa de câmbio, a pesquisa mostrou que a cotação da moeda americana deverá estar em R\$ 3,75 no final do ano, frente a R\$ 3,80 no último relatório e em R\$ 3,80 no final de 2020, também como na semana anterior. Nesta semana, na zona do euro, teremos reunião do BCE, sobre taxa de juros e a divulgação da confiança do consumidor em julho. Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor. Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) passamos agora a recomendar uma exposição de 10%. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) reduzimos a recomendação para uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs a alocação agora sugerida é de 10%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial. Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP,

respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro. Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo. Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição de 15% aos Fundos de Ações na proporção desse excesso. Nada mais havendo a tratar eu Vanessa da Silva Ferreira dos Santos, lavrei e assino a presente Ata juntamente com os demais presentes que assim quiseram assinar, Iguaba Grande/RJ, 12 de julho de 2019.

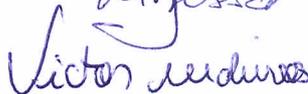
Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento.



Vanessa da Silva Ferreira dos Santos – Secretária



Victor Medeiros Mendes da Silva – Membro



Rogério Maia Vieira – Membro



Allan Simonaci - Membro

